



DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CERTIDÃO FISCAL MUNICIPAL OU ESTADUAL

Sr. Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Goiânia-GO,

Dados do(a) requerente (solicitante):

Nome completo/Razão Social*: _____

CPF/CNPJ*: _____ Nacionalidade*: _____

Estado Civil*: Solteiro(a) Casado(a) Separado(a) Divorciado(a) Viúvo(a)

Convivente em união estável*: Sim Não Profissão*: _____

Telefone*: _____ e-mail*: _____

Endereço/Sede*: _____

* Dados coletados com fundamento no art. 2º do Provimento n. 61/2017 do CNJ.

Em caso de PESSOA JURÍDICA, basta preencher Razão Social, CNPJ, Sede, telefone e/ou e-mail, se houver.
Anexar prova de representação (procuração, contrato social, etc.).

Declaro que desconheço/não possuo os dados de qualificação não fornecidos neste requerimento/declaração ou nos documentos anexados ao protocolo, conforme previsto no § 2º, art. 4º, do Provimento n. 61/2017 do CNJ.

Declaro ciência da positividade da(s) certidão(ões), assinalada(s) abaixo:

- Certidão Fiscal da Prefeitura de Goiânia-GO.
 Certidão Fiscal do Estado de Goiás.

Eu, adquirente, assumo eventuais riscos e me responsabilizo pelos débitos de natureza fiscal estadual ou municipal, em desfavor do(s) transmitente(s), nos termos do art. 1º, III, "a", § 1º e § 2º, do Decreto n. 93.240/1986 e art. 798 do Código de Normas do Foro Extrajudicial do Estado de Goiás, em relação ao(s) imóvel(eis) objeto(s) da(s) seguinte(s) matrícula(s)/transcrição(ões):

Manifesto ciência e concordância de que os dados pessoais coletados serão tratados conforme arts. 7º e 11 da Lei n. 13.709/2018 (LGPD), inclusive que poderão ser compartilhados e/ou reproduzidos, a pedido de qualquer interessado, independentemente de autorização expressa das partes, para atender disposições legais, normativas ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres. Consulte a Política de Privacidade da Serventia no portal "1rigo.com/politica-de-privacidade/".

Goiânia, _____/_____/_____.

Assinatura do(a) requerente¹

CPF do representante n.: _____

(Preencher se o requerente for pessoa jurídica)

Notas importantes:

1. A assinatura do requerente deverá conter o reconhecimento de firma, conforme dispõe o art. 221, II da Lei n. 6.015/73.